

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 10.

1 A inteligência artificial (IA) passou a ocupar uma posição de destaque na sociedade, despertando o interesse da população em suas mais diversas aplicações. Essa tecnologia, que vem evoluindo rapidamente, está impactando não apenas a vida cotidiana, mas também a prática da medicina de maneira significativa. Um estudo realizado pela Microsoft mostrou
4 que 79% das organizações de saúde reportam usar IA, ou seja, a tendência virou prática. Com isso, a integração da IA na área médica está transformando todas as etapas da assistência à saúde, da triagem inicial até o acompanhamento pós-consulta, e levantando debates sobre sua implantação.

7 De início, pode-se pensar que o uso da IA se restringe a aplicações muito complexas no ambiente da saúde. Entretanto, já é possível criar novas práticas a partir de movimentos simples. Essa tecnologia é capaz de analisar dados médicos, históricos e fatores de risco para prever possíveis diagnósticos, permitindo que pacientes em situação de risco
10 recebam tratamento precoce, o que é particularmente relevante em condições crônicas de saúde.

Durante a consulta médica, por exemplo, a IA constitui uma ferramenta valiosa para melhorar a tomada de decisões clínicas. Existem soluções de inteligência artificial que, ao analisarem sintomas e exames, oferecem sugestões de hipóteses
13 diagnósticas e opções de tratamento. Essas ferramentas reduzem os “pontos cegos” do raciocínio clínico, oferecendo suporte adicional para que o médico explore todas as possibilidades com mais segurança. O uso de prontuários eletrônicos inteligentes também otimiza essa etapa pois permite que os profissionais revisem prescrições médicas com mais precisão, o
16 que reduz a margem de erro em dosagens e interações medicamentosas.

Como toda nova tecnologia, a IA causa estranheza e é preciso desmistificá-la, torná-la prática e simples para o médico. Guias criados por médicos para médicos oferecem um passo a passo valioso para os profissionais com pouco ou
19 nenhum contato com a tecnologia. Ensinam desde como baixar os *chatbots* até como redigir os melhores comandos para a obtenção de informações mais precisas.

A IA aplicada à saúde não se restringe aos médicos. Após a consulta, no dia a dia prático dos pacientes, a IA pode
22 atuar como um assistente virtual, oferecendo suporte contínuo. Ela pode responder a dúvidas frequentes sobre medicação, esclarecer cuidados pós-tratamento e monitorar a recuperação, garantindo que o paciente receba orientações precisas sem a necessidade de visitas adicionais ao consultório. Além disso, sistemas de IA estão sendo desenvolvidos para fazer o
25 acompanhamento automatizado de pacientes com doenças crônicas, oferecendo lembretes sobre horários de medicação e consultas.

A IA também desempenha um papel fundamental em tarefas administrativas, que consomem grande parte do
28 tempo dos médicos. Ela pode ajudar a gerar laudos e relatórios médicos mais rapidamente, resumir exames complexos e fornecer explicações em termos acessíveis para o paciente. Ao aliviar a carga de trabalho dos médicos, essas inovações permitem que eles dediquem mais tempo à interação com o paciente e menos tempo a atividades burocráticas.

31 Sob o ponto de vista ético, é importante que os profissionais de saúde estejam capacitados para interpretar corretamente os dados fornecidos pela IA e saber quando confiar na tecnologia e quando confiar em sua experiência clínica, pois a IA pode fornecer informações incorretas, chamadas de “alucinações”, que podem levar a erros de diagnóstico ou
34 tratamento. Por isso, é importante que os médicos estejam aptos a utilizar a solução de IA como parceira de trabalho, como uma tecnologia auxiliar, e não como protagonista das decisões médicas.

Internet: <www.exame.com> (com adaptações).

QUESTÃO 1



O texto apresentado caracteriza-se como

- (A) descritivo, no qual são apresentadas as vantagens e as desvantagens de cada etapa de funcionamento das soluções de IA na medicina.
- (B) dissertativo-argumentativo, no qual o autor defende a necessidade de regulamentação da IA para seu uso consciente e responsável, principalmente na medicina.
- (C) dissertativo-expositivo, por meio do qual o autor enumera exemplos de usos vantajosos da IA na área médica.
- (D) injuntivo, pois, por meio dele, o autor instrui seu público-alvo, os profissionais da medicina, a utilizar a IA de forma prática e eficiente.
- (E) narrativo, no qual o autor apresenta um breve histórico do uso da IA na medicina por meio de uma série de acontecimentos encadeados.

QUESTÃO 2



Entende-se da leitura do texto que

- (A) a IA já se confirmou como protagonista das decisões médicas.
- (B) é incontestável a importância da utilização da IA na área da medicina.
- (C) a implantação da IA na maioria das organizações de saúde ainda depende de discussões sobre a validade de sua utilização.
- (D) a previsão de diagnósticos para tratamentos precoces em condições crônicas de saúde é a principal função da IA na medicina.
- (E) profissionais com pouco ou nenhum contato com a IA são resistentes à implantação dessa tecnologia nas organizações de saúde.

QUESTÃO 3



Com o emprego do elemento de coesão “Com isso” (linha 4), o autor do texto reporta-se

- (A) ao fato de a maioria das organizações de saúde fazerem uso da IA.
- (B) ao impacto da evolução da IA na vida cotidiana.
- (C) ao interesse da população nas mais diversas aplicações da IA.
- (D) à necessidade de debate acerca da implantação da IA nas organizações de saúde.
- (E) à importância de estudos como o realizado pela Microsoft.

QUESTÃO 4



Assinale a opção em que a oração destacada do texto é classificada como subordinada adverbial final.

- (A) “para prever possíveis diagnósticos” (linha 9)
- (B) “que pacientes em situação de risco recebam tratamento precoce” (linhas 9 e 10)
- (C) “para melhorar a tomada de decisões clínicas” (linhas 11 e 12)
- (D) “para que o médico explore todas as possibilidades com mais segurança” (linha 14)
- (E) “até como redigir os melhores comandos para a obtenção de informações mais precisas” (linhas 19 e 20)

QUESTÃO 5



Estariam mantidos o sentido original e a correção gramatical do texto no que se refere à pontuação, caso

- (A) a vírgula empregada após o termo “administrativas” (linha 27) fosse suprimida.
- (B) fosse inserida vírgula logo depois do vocábulo “aptos” (linha 34).
- (C) fossem suprimidas as vírgulas que isolam o segmento “ao analisarem sintomas e exames” (linha 12).
- (D) a vírgula empregada após a palavra “precisão” (linha 15) fosse substituída por ponto final, feitos os devidos ajustes de letra inicial minúscula e maiúscula no novo período.
- (E) o ponto-final empregado após o termo “tecnologia” (linha 19) fosse substituído pelo sinal de dois-pontos, feitos os devidos ajustes de letra inicial maiúscula e minúscula no período.

QUESTÃO 6



Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto.

- (A) No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “mas” (linha 3) é empregado com sentido adversativo.
- (B) Na linha 30, o emprego da preposição “a” em “a atividades burocráticas” justifica-se pela regência do termo nominal “tempo”.
- (C) Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segmento “reportam usar” (linha 4) fosse substituído por **utilizam**.
- (D) As orações “Entretanto, já é possível criar novas práticas a partir de movimentos simples” (linha 8) e “Além disso, sistemas de IA estão sendo desenvolvidos” (linha 24) estão construídas na voz passiva analítica.
- (E) No segmento “quando confiar na tecnologia e quando confiar em sua experiência clínica” (linha 32), o vocábulo “e” liga, por adição, duas orações adverbiais de sentido temporal que se subordinam à oração expressa pelo verbo “saber”.

QUESTÃO 7



O segmento “Como toda nova tecnologia” (linha 17) expressa circunstância de

- (A) tempo.
- (B) proporcionalidade.
- (C) causa.
- (D) comparação.
- (E) concessão.

QUESTÃO 8



Assinale a opção correta no que diz respeito à concordância verbal no texto.

- (A) Na linha 15, estaria mantida a correção gramatical do texto caso as formas verbais “otimiza” e “permite” estivessem flexionadas na terceira pessoa do plural, dada a possibilidade de concordarem com “prontuários eletrônicos inteligentes” (linhas 14 e 15).
- (B) Não haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso a forma verbal “reduz” (linha 16) estivesse flexionada na terceira pessoa do plural, já que se refere a “prescrições médicas” (linha 15).
- (C) Na oração “e é preciso” (linha 17), o verbo está flexionado na terceira pessoa do singular porque o sujeito dessa oração é indeterminado.
- (D) Na linha 24, estaria preservada a correção gramatical do texto caso a forma verbal “fazer” estivesse flexionada na terceira pessoa do plural, já que o referente sujeito da oração expressa por essa forma verbal é “sistemas de IA”.
- (E) A forma verbal “oferecem” (linha 18) poderia, sem prejuízo da correção gramatical, estar flexionada na terceira pessoa do singular, visto que o sujeito da oração expressa por essa forma verbal tem sentido genérico.

QUESTÃO 9



Assinale a opção em que a proposta de reescrita para o trecho “a IA causa estranheza e é preciso desmistificá-la” (linha 17) é gramaticalmente correta e coerente com as ideias do texto.

- (A) a IA provoca desconforto, sendo que convêm desmistificá-la
- (B) a IA gera estranhamento, sendo necessário desmistificá-la
- (C) a IA motiva à desconfiança, cabendo, portanto, desmistificá-la
- (D) a IA é razão de espanto, conquanto exige-se desnudá-la
- (E) a IA produz assombro, porquanto é necessário decifrá-la

QUESTÃO 10



Assinale a opção em que são apresentadas, respectivamente, a classificação gramatical e a função sintática corretas da palavra “prática” (linha 4) no texto.

- (A) adjetivo e predicativo do sujeito
- (B) substantivo e objeto direto
- (C) advérbio e adjunto adverbial de modo
- (D) adjetivo e objeto direto
- (E) substantivo e predicativo do sujeito

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 11



No Microsoft Word, o recurso que permite criar uma lista com marcadores ou numeração automaticamente é denominado

- (A) tabela de conteúdo.
- (B) quebra de seção.
- (C) lista inteligente.
- (D) marcadores e numeração.
- (E) referência cruzada.

QUESTÃO 12



No Microsoft Excel, a função que é utilizada para contar o número de células que atendem a um critério específico é denominada

- (A) SOMASE.
- (B) CONT.SE.
- (C) PROCV.
- (D) MEDIASE.
- (E) INDICE.

QUESTÃO 13



No Microsoft Excel, o recurso que é utilizado para impedir que usuários alterem acidentalmente o conteúdo de células específicas em uma planilha é o(a)

- (A) validação de dados.
- (B) formatação condicional.
- (C) proteção da planilha.
- (D) congelamento dos painéis.
- (E) auditoria de fórmulas.

QUESTÃO 14



Assinale a opção que descreve corretamente a função de um *firewall* em uma rede corporativa.

- (A) detectar e remover vírus de arquivos infectados
- (B) restringir e controlar o tráfego de rede entre diferentes segmentos, protegendo contra acessos não autorizados
- (C) monitorar e eliminar *spyware* instalado nos sistemas
- (D) realizar *backups* periódicos dos dados críticos da empresa
- (E) gerenciar senhas e autenticações de usuários

QUESTÃO 15



Assinale a opção que apresenta a principal diferença entre um *backup* incremental e um *backup* diferencial.

- (A) O *backup* incremental copia todos os dados, enquanto o diferencial copia apenas os dados novos.
- (B) O *backup* diferencial copia todos os dados, enquanto o incremental copia apenas os dados novos.
- (C) O *backup* incremental copia os dados alterados desde o último *backup* completo, enquanto o diferencial copia os dados alterados desde o último *backup* incremental.
- (D) O *backup* incremental copia os dados alterados desde o último *backup* (completo ou incremental), enquanto o diferencial copia os dados alterados desde o último *backup* completo.
- (E) O *backup* incremental copia dados e um conjunto pré-definido de arquivos e o *backup* diferencial copia dados de todos os arquivos do disco.

QUESTÃO 16



De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 3.268/1957, assinale a opção que apresenta corretamente uma atribuição do Conselho Federal de Medicina (CFM).

- (A) organizar os regimentos internos dos Conselhos Regionais de Medicina sem necessidade de aprovação
- (B) deliberar, em grau de recurso, sobre a admissão de membros aos Conselhos Regionais e as penalidades impostas pelos referidos Conselhos
- (C) fiscalizar, exclusiva e diretamente, o exercício da profissão médica em cada estado da Federação
- (D) estabelecer normas específicas para o funcionamento das entidades hospitalares privadas no Brasil
- (E) regulamentar o exercício da medicina no País, substituindo a legislação vigente

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei Federal nº 3.268/1957, assinale a opção que apresenta uma atribuição dos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs).

- (A) organizar o regimento interno do CFM
- (B) propor ao governo federal a emenda ou a alteração do regulamento da Lei Federal nº 3.268/1957
- (C) aprovar os regimentos internos organizados pelos demais CRMs
- (D) fiscalizar o exercício da profissão de médico
- (E) expedir as instruções necessárias ao bom funcionamento dos demais Conselhos Regionais

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei Federal nº 12.842/2013, assinale a opção que apresenta uma atividade privativa do médico.

- (A) coleta de material biológico para a realização de análises clínico-laboratoriais
- (B) indicação de internação e alta médica nos serviços de atenção à saúde
- (C) realização de exames citopatológicos e emissão de seus respectivos laudos
- (D) procedimentos realizados através de orifícios naturais em estruturas anatômicas, visando à recuperação físico-funcional e não comprometendo a estrutura celular e tecidual
- (E) atendimento à pessoa sob risco de morte iminente

QUESTÃO 19

De acordo com o Decreto Federal nº 44.045/1958, assinale a opção que apresenta as penas disciplinares aplicáveis aos infratores da ética profissional nos Conselhos de Medicina.

- (A) advertência confidencial, censura pública, suspensão do exercício profissional e multa
- (B) censura confidencial, cassação do exercício profissional, suspensão do exercício profissional e prisão administrativa
- (C) advertência confidencial, censura confidencial, censura pública, suspensão do exercício profissional e cassação do exercício profissional
- (D) apenas a cassação do exercício profissional
- (E) censura pública, suspensão do exercício profissional por tempo indeterminado e restrição do atendimento a pacientes

QUESTÃO 20

De acordo com a Resolução Plenária CRM-MG nº 334/2011, assinale a opção que apresenta uma competência do CRM-MG.

- (A) regulamentar e fiscalizar a prática de outras profissões da área da saúde, além do ofício de médico
- (B) expedir normas e resoluções para o cumprimento do Código de Ética Médica e o desempenho legal da medicina em sua jurisdição
- (C) criar novas especialidades médicas e definir os critérios para sua certificação profissional
- (D) elaborar e aprovar leis que regulamentam o exercício da medicina em todo o território nacional
- (E) organizar e aprovar seu regimento interno, sem necessidade de aprovação por outro Conselho

QUESTÃO 21

Com base na Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- (A) A improbidade administrativa pode ser caracterizada apenas pela inobservância de princípios administrativos, sem necessidade de comprovação de dolo por parte do agente.
- (B) A responsabilização por atos de improbidade administrativa pode atingir apenas agentes públicos, não se estendendo a terceiros que tenham participado do ilícito.
- (C) Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito, mediante a prática de ato doloso, o recebimento, para si ou para outrem, de qualquer vantagem econômica indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade pública.
- (D) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos aplicam-se imediatamente após a denúncia do ato de improbidade administrativa, independentemente de decisão judicial definitiva.
- (E) Apenas pessoas jurídicas de direito público podem ser responsabilizadas por atos de improbidade administrativa, não sendo aplicáveis sanções a entidades privadas que recebam recursos públicos.

QUESTÃO 22

Quanto aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/1992, assinale a opção correta.

- (A) A omissão do agente público na condução de suas atribuições pode ser suficiente para caracterizar improbidade administrativa, independentemente da comprovação do elemento subjetivo doloso.
- (B) A improbidade administrativa pode ser presumida com base em indícios.
- (C) O sucessor de uma pessoa condenada por improbidade administrativa responde ilimitadamente pelos atos praticados, sem restrições ao valor da herança ou do patrimônio transferido.
- (D) Ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário exige comprovação de perda patrimonial efetiva e demonstrada.
- (E) A aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 dependem necessariamente da rejeição das contas pelo órgão de controle interno, ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

QUESTÃO 23

Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta quanto aos direitos e deveres do administrado perante a Administração Pública.

- (A) O administrado tem o direito absoluto de ser assistido por advogado em qualquer fase do processo administrativo, sendo essa assistência obrigatória para a validade do ato.
- (B) O administrado tem o direito de obter cópias de documentos contidos nos autos de processos administrativos em que seja interessado, bem como de conhecer as decisões proferidas.
- (C) O administrado pode, facultativamente, prestar as informações que lhe forem solicitadas pela Administração.
- (D) O dever de agir com lealdade e boa-fé aplica-se apenas à Administração Pública, não sendo exigido do administrado no curso do processo administrativo.
- (E) O direito de apresentar alegações e documentos antes da decisão final só é garantido nos casos expressamente previstos em lei específica.

QUESTÃO 24

Com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o direito de acesso à informação inclui diversas garantias ao cidadão. A partir dessa informação, assinale a opção correta.

- (A) O acesso à informação restringe-se a documentos e registros produzidos ou acumulados por órgãos públicos, não abrangendo informações custodiadas por entidades privadas.
- (B) A Lei de Acesso à Informação garante ao cidadão o direito de obter informações primárias, íntegras, autênticas e atualizadas.
- (C) Apenas informações relativas à administração do patrimônio público e à execução de contratos administrativos podem ser solicitadas por meio da Lei de Acesso à Informação.
- (D) A Lei de Acesso à Informação prevê que o acesso à informação será concedido somente a cidadãos que comprovem interesse específico e legítimo na obtenção dos dados solicitados.
- (E) O acesso à informação limita-se aos dados sobre o patrimônio público.

QUESTÃO 25

De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), a disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos diversos princípios essenciais. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) A proteção de dados pessoais fundamenta-se exclusivamente na privacidade e na autodeterminação informativa, sem relação com o desenvolvimento econômico e tecnológico.
- (B) A LGPD estabelece que a liberdade de expressão e a inviolabilidade da intimidade são princípios concorrentes, cabendo ao titular dos dados escolher qual deles prevalecerá.
- (C) A autodeterminação informativa, prevista na LGPD, refere-se ao direito do titular de decidir sobre o tratamento de seus dados pessoais.
- (D) O respeito à privacidade e aos direitos humanos não são expressamente mencionados como fundamentos da proteção de dados pessoais na LGPD.
- (E) A LGPD fundamenta-se unicamente na livre iniciativa e na livre concorrência, visando à maximização da inovação tecnológica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Texto para as questões 26 e 27.

Um auditor avaliou um processo licitatório conduzido por uma prefeitura municipal, cujo objetivo era a compra de materiais escolares, para a entrega imediata. Durante a análise, ele identificou que o edital estipulou a obrigatoriedade de determinadas marcas para cadernos, lápis de colorir e cadernetas, sob o argumento de necessidade de uniformização dos produtos adquiridos para distribuição na rede de ensino. Além disso, ele observou que foi imposta uma exigência de faturamento mínimo como critério para a habilitação econômico-financeira dos concorrentes.

QUESTÃO 26

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Tanto a imposição de marcas específicas quanto a exigência de faturamento mínimo estão plenamente compatíveis com a Lei nº 14.133/2021.
- (B) A definição de um faturamento mínimo para fins de classificação é permitida, pois assegura a capacidade do contratado de executar plenamente o fornecimento.
- (C) A exigência de marcas específicas no edital é obrigatória para garantir a qualidade dos produtos adquiridos pela Administração.
- (D) Na contratação de bens, a Administração Pública pode, excepcionalmente, especificar marcas ou modelos, desde que apresente justificativa formal para essa escolha.
- (E) Ambas as exigências configuram afronta à Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e os contratos administrativos.

QUESTÃO 27

Sabendo-se que os produtos adquiridos podem ser definidos objetivamente no edital, por meio de especificações usuais de mercado, é correto afirmar que, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação obrigatória para o caso é o(a)

- (A) concorrência.
- (B) pregão.
- (C) credenciamento.
- (D) convite.
- (E) leilão.

QUESTÃO 28

À luz da disciplina da Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

- I A Lei nº 14.133/2021 não se aplica a contratos de locação nos quais a Administração Pública seja o locatário.
- II O concurso é a modalidade de licitação aplicável à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico.
- III As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias não são abrangidas pela Lei nº 14.133/2021, exceto no que diz respeito aos crimes em licitações e contratos administrativos.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente o item I está certo.
- (B) Somente os itens I e III estão certos.
- (C) Somente o item II está certo.
- (D) Somente os itens II e III estão certos.
- (E) Somente o item III está certo.

QUESTÃO 29

Segundo a Lei nº 14.133/2021, obstar, impedir ou dificultar injustamente a inscrição de qualquer interessado nos registros cadastrais ou promover indevidamente a alteração, a suspensão ou o cancelamento de registro do inscrito configura o crime de

- (A) impedimento indevido, sujeito à pena de reclusão, de seis meses a dois anos, e multa.
- (B) afastamento de licitante, sujeito à pena de detenção, de seis meses a um ano, e multa.
- (C) afastamento de licitante, sujeito à pena de reclusão, de seis meses a três anos, e multa.
- (D) impedimento indevido, sujeito à pena de reclusão, de seis meses a três anos, e multa.
- (E) violação de sigilo em licitação, sujeito à pena de reclusão, de doze meses a três anos, e multa.

QUESTÃO 30

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando se tratar de objetos contratuais relacionados a obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, a licitação poderá ser dispensada, desde que o valor do contrato seja inferior a

- (A) R\$ 180.000,00.
- (B) R\$ 150.000,00.
- (C) R\$ 125.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00.
- (E) R\$ 100.000,00.

QUESTÃO 31

Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- I Nas hipóteses de contratação direta, aí incluídos os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, é dispensada a justificativa do preço contratado, ante os baixos valores envolvidos.
- II Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- III Para julgamento da qualificação econômico-financeira dos licitantes, a Administração Pública poderá utilizar-se de quaisquer índices ou indicadores contábeis, ainda que não usualmente adotados.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente o item I está certo.
- (B) Somente os itens I e II estão certos.
- (C) Somente o item II está certo.
- (D) Somente os itens II e III estão certos.
- (E) Somente o item III está certo.

QUESTÃO 32

Um dos princípios regentes dos procedimentos licitatórios, expressamente previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, tem por fundamento impedir que a Administração Pública atue de forma discriminatória na condução dos procedimentos, e impede perseguições ou favorecimentos de qualquer natureza. O princípio descrito é o da

- (A) razoabilidade.
- (B) proporcionalidade.
- (C) celeridade.
- (D) impessoalidade.
- (E) competitividade.

QUESTÃO 33

Com o advento da Lei nº 14.133/2021, uma nova modalidade de licitação foi inaugurada, destinada à contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades. Essa nova modalidade trata do

- (A) cadastramento.
- (B) termo de ajustamento.
- (C) diálogo competitivo.
- (D) ajuste recíproco.
- (E) contrato de mútuo.

QUESTÃO 34

Com base no Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a licitação na modalidade pregão eletrônico, julgue os itens a seguir.

- I A utilização do pregão eletrônico é obrigatória para órgãos da Administração Pública Federal Direta, autarquias, fundações e fundos especiais, podendo ser excepcionalmente substituída pelo pregão presencial mediante justificativa da autoridade competente.
- II O pregão eletrônico pode ser utilizado para a contratação de bens e serviços comuns, incluindo serviços comuns de engenharia, mas não se aplica à contratação de obras complexas e locações imobiliárias.
- III No pregão eletrônico, os critérios de julgamento das propostas devem ser, obrigatoriamente, os de menor preço, maior desconto, melhor técnica ou maior retorno econômico.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente o item I está certo.
- (B) Somente os itens I e II estão certos.
- (C) Somente os itens I e III estão certos.
- (D) Somente o item II está certo.
- (E) Somente os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 35

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta, acerca dos contratos administrativos.

- (A) A Administração Pública pode modificar unilateralmente os contratos administrativos, inclusive alterando suas cláusulas econômico-financeiras sem a anuência do contratado.
- (B) O contratado pode suspender unilateralmente a execução do contrato caso discorde de alguma cláusula, sem necessidade de justificativa prévia.
- (C) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é uma condição indispensável para a eficácia dos contratos administrativos e seus aditamentos.
- (D) Nos contratos administrativos, o particular contratado pode transferir integralmente suas obrigações para terceiros, sem necessidade de autorização da Administração Pública.
- (E) Os contratos administrativos podem ser celebrados verbalmente, independentemente de valor, desde que haja urgência na contratação.

QUESTÃO 36

À luz da disciplina da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir, acerca dos contratos administrativos.

- I Os contratos administrativos devem ser formalizados por escrito e juntados ao processo de origem, salvo nas hipóteses legais em que se admite a substituição por outro instrumento, como nota de empenho ou autorização de compra.
- II A extinção do contrato administrativo pode ocorrer por interesse da Administração, caso seja justificado, mas nunca por solicitação do contratado, independentemente da situação.
- III A Administração pode exigir garantias contratuais para assegurar a execução do contrato, sendo permitido ao contratado escolher entre caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente o item I está certo.
- (B) Somente os itens I e II estão certos.
- (C) Somente os itens I e III estão certos.
- (D) Somente o item II está certo.
- (E) Somente os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 37

Acerca da personalidade jurídica e dos contratos no Código Civil, assinale a opção correta.

- (A) A personalidade jurídica é adquirida apenas após a assinatura de um contrato social e o início das atividades empresariais.
- (B) A desconsideração da personalidade jurídica pode ocorrer para alcançar o patrimônio dos sócios, em caso de abuso da personalidade jurídica.
- (C) Os contratos são atos unilaterais que não exigem concordância entre as partes para gerar efeitos jurídicos.
- (D) Apenas pessoas físicas podem celebrar contratos válidos, pois a personalidade jurídica das pessoas jurídicas é fictícia e sem efeitos práticos.
- (E) O Código Civil brasileiro não regula os contratos, pois essa matéria é disciplinada exclusivamente pelo Código de Defesa do Consumidor.

QUESTÃO 38

A Lei nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil. Com base nessa informação, assinale a opção correta.

- (A) A Lei nº 13.019/2014 estabelece normas para parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas com fins lucrativos para a execução de atividades de interesse público.
- (B) Os termos de colaboração e os termos de fomento são instrumentos jurídicos exclusivos para parcerias com organizações religiosas.
- (C) A Lei nº 13.019/2014 não se aplica a convênios firmados com entidades sem fins lucrativos para a prestação de serviços públicos de saúde.
- (D) As parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil devem seguir princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) A celebração de parcerias previstas na Lei nº 13.019/2014 dispensa a necessidade de chamamento público.

QUESTÃO 39

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional. Com base nessa Instrução Normativa, julgue os itens a seguir.

- I A Instrução Normativa em questão aplica-se tanto para aquisição de bens quanto para contratação de obras e serviços de engenharia.
- II A pesquisa de preços pode ser realizada utilizando dados de contratações similares feitas pela Administração Pública no período de até um ano anterior à data da pesquisa.
- III Na pesquisa de preços, devem ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos de entrega, formas de pagamento e garantias exigidas, quando aplicável.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente os itens I e II estão certos.
- (B) Somente os itens I e III estão certos.
- (C) Somente o item II está certo.
- (D) Somente os itens II e III estão certos.
- (E) Somente o item III está certo.

QUESTÃO 40

Com base no Decreto nº 10.947/2022, que regulamenta o plano de contratações anual e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- I O plano de contratações anual tem como um dos seus objetivos evitar o fracionamento de despesas, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.
- II A elaboração do plano de contratações anual pelos órgãos e pelas entidades deve ser realizada até a primeira quinzena de maio do ano de sua execução.
- III O Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) é uma ferramenta informatizada disponibilizada pelo Ministério da Economia para auxiliar na elaboração e no acompanhamento do plano de contratações anual.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente o item I está certo.
- (B) Somente os itens I e II estão certos.
- (C) Somente os itens I e III estão certos.
- (D) Somente os itens II e III estão certos.
- (E) Somente o item III está certo.

QUESTÃO 41

À luz da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021, que trata da participação de pessoa física nas contratações públicas de âmbito federal, julgue os itens a seguir.

- I A Instrução Normativa permite a participação de pessoas físicas nas contratações públicas, incluindo trabalhadores autônomos e profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária.
- II Os editais e avisos de contratação direta devem possibilitar a participação de pessoas físicas, salvo quando a contratação exigir estrutura mínima incompatível com a natureza profissional do prestador de serviço.
- III A exigência de cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf) é facultativa, ficando a critério da Administração exigir ou não esse requisito nos editais.

Assinale a opção correta.

- (A) Somente o item I está certo.
- (B) Somente os itens I e II estão certos.
- (C) Somente os itens I e III estão certos.
- (D) Somente o item II está certo.
- (E) Somente os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 42

Assinale a opção que apresenta a definição mais precisa do princípio da legalidade.

- (A) Refere-se à exigência de que a atividade administrativa esteja em conformidade com valores éticos de forma ampla.
- (B) Determina que os atos estatais sejam divulgados ao público, salvo nos casos em que o sigilo seja justificável.
- (C) Relaciona-se à utilização eficiente de recursos econômicos para alcançar os melhores resultados.
- (D) Veda à Administração Pública a adoção de tratamento diferenciado, seja mais favorável ou mais rigoroso, com base em características pessoais, sociais, econômicas ou de qualquer outra natureza, salvo quando houver justificativa legal relacionada à situação concreta.
- (E) Estabelece que a Administração Pública somente pode agir nos limites do que a lei expressamente autoriza.

QUESTÃO 43

Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta um dos objetivos do processo licitatório.

- (A) garantir prioridade a empresas nacionais, independentemente da proposta apresentada
- (B) possibilitar a livre escolha do contratado pela Administração, desde que haja justificativa
- (C) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável
- (D) permitir a celebração de contratos sem necessidade de comprovação da vantajosidade
- (E) dispensar a Administração Pública da necessidade de justificar suas escolhas no processo licitatório

QUESTÃO 44

À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta todas as fases do processo de licitação.

- (A) preparatória, julgamento, habilitação, recurso e homologação
- (B) divulgação do edital de licitação, apresentação de propostas e lances, julgamento e homologação
- (C) preparatória, divulgação do edital de licitação, apresentação de propostas e lances, julgamento, habilitação, recurso e homologação
- (D) habilitação, julgamento, homologação e execução do contrato
- (E) publicação do edital, julgamento, habilitação e homologação

QUESTÃO 45

Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta todas as modalidades de licitação.

- (A) concorrência, pregão, convite, tomada de preços e leilão
- (B) pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo
- (C) concorrência, pregão, concurso e leilão
- (D) pregão, concorrência, concurso e dispensa de licitação
- (E) concorrência, tomada de preços, pregão e leilão

QUESTÃO 46

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta um motivo correto para a desclassificação de uma proposta em um processo licitatório.

- (A) apresentar qualquer vício sanável
- (B) estar acima da média dos valores apresentados por outros licitantes, mesmo que dentro do orçamento estimado
- (C) não apresentar detalhamento completo da proposta, desde que seja possível corrigir posteriormente
- (D) conter especificações técnicas diferentes das previstas no edital, desde que não afetem diretamente a execução do contrato
- (E) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital

QUESTÃO 47

Quanto à Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que apresenta um motivo correto para a extinção do contrato administrativo.

- (A) o descumprimento, por parte do contratado, das normas editalícias ou das cláusulas contratuais
- (B) a simples modificação na estrutura societária da empresa contratada, independentemente de impacto na execução do contrato
- (C) a discordância do contratado quanto às determinações do fiscal do contrato, sem justificativa técnica ou legal
- (D) a rescisão unilateral do contrato pelo contratado, sem necessidade de justificativa
- (E) o cumprimento integral do contrato, sem necessidade de formalização da extinção

QUESTÃO 48

A respeito do ato administrativo, com base no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

- (A) A Administração Pública pode anular seus próprios atos apenas quando houver decisão judicial determinando a nulidade.
- (B) A Administração Pública não pode revogar atos que tenham sido praticados regularmente, ainda que por motivo de conveniência e oportunidade.
- (C) A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos.
- (D) A Administração Pública, ao reconhecer que um ato é ilegal, deve necessariamente submetê-lo ao Poder Judiciário para análise antes de anulá-lo.
- (E) A Administração Pública pode anular ou revogar seus atos a qualquer tempo, independentemente da existência de direitos adquiridos.

QUESTÃO 49

Pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para desempenho de atividades administrativas específicas, com controle administrativo exercido nos limites da lei. A definição apresentada corresponde à(ao)

- (A) fundação pública.
- (B) empresa pública.
- (C) sociedade de economia mista.
- (D) autarquia.
- (E) consórcio público.

QUESTÃO 50

Com base nos conceitos do direito administrativo, assinale a opção que apresenta o conceito de poder disciplinar.

- (A) Trata-se do poder em que o administrador deve seguir estritamente o que está disposto na lei, sem qualquer margem de discricionariedade na tomada de decisões.
- (B) Refere-se à competência do administrador para agir conforme a lei, mas com liberdade para escolher, entre as opções previstas, a conduta mais adequada à situação concreta.
- (C) Corresponde ao poder conferido ao administrador para distribuir e organizar as funções dos órgãos públicos, bem como supervisionar a atuação dos agentes, estabelecendo relações de subordinação.
- (D) É o poder atribuído ao administrador para aplicar sanções e penalidades a servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, em razão de infrações funcionais.
- (E) Representa a autoridade do Estado para criar normas jurídicas gerais e abstratas, estabelecendo diretrizes para a atuação da Administração Pública.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Suponha que o CRM-MG pretenda construir uma sede própria em uma cidade do interior de Minas Gerais, uma obra complexa, de alto custo e de grande porte, seguindo todas as diretrizes de acessibilidade, segurança e tecnologia. Assim, foi delegada ao analista de licitação a tarefa de redigir o edital de licitação.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Aplicação das modalidades licitatórias da Lei nº 14.133/2021

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) definição de qual deverá ser a modalidade de licitação específica para o caso em apreço, citando pelo menos três de seus critérios de julgamento; e
- b) explicação sobre as fases que o processo de licitação deverá observar, em ordem cronológica, à luz do artigo 17 da referida Lei.